



Ministros do STF defendem resposta firme a ataque...

Ala da Suprema Corte é favorável a uma reação dura do TSE às declarações de Flávio Bolsonaro contra as urnas eletrônicas

» RENATO SOUZA
» DANANDRA ROCHA
» LUIZA ALTOE

A ofensiva do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) contra as urnas eletrônicas, ao colocar em dúvida a segurança dos equipamentos, provocou apreensão entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Não se esperava, nas Cortes, que o pré-candidato à Presidência adotasse o mesmo comportamento do pai, Jair Bolsonaro, que ficou inele-gível justamente por questionar a integridade do processo eleitoral.

Uma ala majoritária do Supremo defende uma resposta firme do TSE, para deixar claro que a Justiça Eleitoral não aceita qualquer acusação infundada que tente minar a democracia no Brasil. No entanto, interlocutores da Corte dizem que os ministros pedem algum tipo de reação eleitoral, mas não necessariamente tão rígida como ocorreu com Bolsonaro, que perdeu os direitos políticos por oito anos.

Em 2021, o ex-deputado estadual Fernando Francischini foi condenado à perda de mandato após difundir informações falsas sobre o processo eletrônico de votação. O caso se tornou um marco e passou a balizar a reação do Judiciário nos casos em que a eleição é colocada em dúvida sem qualquer tipo de prova.

Em uma reunião com embaixadores, na terça-feira, Flávio afirmou que as urnas brasileiras são originárias da mesma empresa, a Smartmatic, que forneceu equipamentos de votação à Venezuela e que um relatório da CIA teria apontado que os dispositivos foram usados para fraude eleitoral. “Não vou entrar em mais detalhes, mas só para deixar registrado que muitas dessas máquinas que são utilizadas nas eleições brasileiras

Raul Spinassé



Declarações do senador Flávio Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas foram desmentidas pelo TSE

são da mesma empresa”, disse o parlamentar no evento, em Brasília. “Há uma denúncia por parte do governo americano de suspeitas de fraudes em processo eleitoral eletrônico, em especial na Venezuela, inclusive utilizando uma documentação do próprio serviço de inteligência americano, a CIA, apontando sobre a possibilidade de vulnerabilidades do sistema eletrônico de votação.”

Em seguida, o parlamentar acrescentou: “Não estou questionando o sistema de eleição brasileiro, mas que todos os países possam mandar a maior quantidade de observadores possível para nossa eleição e pessoas que têm conhecimento sobre essa tecnologia”. Em reação, o TSE desmentiu

as declarações de Flávio. A Corte republicou um comunicado divulgado originalmente em 2022, no qual afirma que a Smartmatic não fornece urnas nem participa do desenvolvimento dos sistemas utilizados nas eleições brasileiras. “São falsas as mensagens que circulam nas redes sociais segundo as quais a empresa Smartmatic fornece urnas eletrônicas ou softwares utilizados em urnas no Brasil. Todo o projeto da urna eletrônica brasileira e do sistema eletrônico de votação foi concebido e é gerido inteiramente pela Justiça Eleitoral do país”, destacou o texto.

A decisão de tornar público novamente o esclarecimento foi autorizada pelo ministro Nunes

Marques, presidente do TSE e indicado ao STF por Jair Bolsonaro. Em vez de emitir uma manifestação específica sobre as falas do senador, o magistrado permitiu a divulgação do mesmo texto utilizado há quatro anos, quando Bolsonaro fez alegações semelhantes durante reunião com embaixadores. O episódio de 2022 foi posteriormente utilizado como fundamento para a condenação que tornou o ex-chefe do Executivo inele-gível até 2030.

No Supremo, existe a avaliação de que Flávio conta com um “TSE amigo”, por causa de Nunes Marques, que teria reações mais brandas e limites mais amplos que seus antecessores no comando do tribunal.



Sua equipe de pré-campanha reafirma sua integral confiança no sistema eleitoral brasileiro e sua crença irrestrita de que as missões de observação internacional devem ser fortemente estimuladas”

Trecho da nota da pré-campanha do senador Flávio Bolsonaro

naquela época. Eu indago: houve uma impugnação sequer minimamente séria contra a nossa urna eletrônica? Não”, afirmou, Marco Aurélio, que comandou o TSE por três vezes.

“Eu, como ex-presidente que presidiu as primeiras eleições informatizadas, afirmo que é ver-chi-fre em cabeça de cavalo ao achar que a urna pode ser fraudada”, acrescentou.

Defesa

Após a repercussão das declarações, a equipe de pré-campanha de Flávio Bolsonaro divulgou uma nota negando que ele tenha levantado suspeição sobre as urnas.

“Não é verdade que o pré-candidato Flávio Bolsonaro tenha questionado a integridade do sistema de votações no Brasil”, diz o texto. A defesa sustenta que o parlamentar apenas fez referência a fatos já divulgados publicamente e destaca que, durante o encontro com os diplomatas, ele afirmou expressamente não estar colocando em dúvida a confiabilidade das eleições.

A nota também reforçou apoio à ampliação das missões internacionais de observação eleitoral. “Sua equipe de pré-campanha reafirma sua integral confiança no sistema eleitoral brasileiro e sua crença irrestrita de que as missões de observação internacional devem ser fortemente estimuladas”, acrescentou.

As declarações também provocaram reação do ex-governador de Goiás e pré-candidato à Presidência Ronaldo Caiado. Sem citar Flávio, ele ironizou o senador: “42 embaixadores numa sala: dava para vender soja. Dava para abrir mercado para indústria. Dava para atrair investimento. Escolheram falar de urna eletrônica!”, escreveu nas redes sociais.

... E PT faz denúncia no TSE

A Federação Brasil da Esperança, composta por PT, PV e PCdoB, protocolou uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o deputado cassado Eduardo Bolsonaro e os deputados federais Gustavo Gayer (PL-GO) e Júlia Zanatta (PL-SC). A ação aponta que os quatro participaram, nos últimos dias, de um “movimento articulado de desinformação contra a integridade do sistema eletrônico de votação brasileiro e a credibilidade da Justiça Eleitoral”.

De acordo com a representação, não se trata de fato isolado, mas de um movimento iniciado com publicações de Zanatta, seguido por Eduardo Bolsonaro e Gustavo Gayer nas redes sociais, com “a inserção e fixação do assunto fraudulento no debate público”. Já Flávio, conforme o texto, propagou fake news sobre o Brasil utilizar urnas eletrônicas da empresa venezuelana Smartmatic, em reunião com embaixadores na terça-feira.

A ação sustenta que a estratégia dos acusados consistiu em utilizar um relatório desclassificado pela CIA sobre suposta manipulação eleitoral na Venezuela — entre 2004 e 2020 — para criar uma narrativa

sobre a realidade do Brasil. No entanto, o documento não faz “nenhuma referência ao sistema eleitoral brasileiro”, conforme destaca a representação. “O documento estadunidense e suas conclusões não dizem respeito ao Brasil em nenhum aspecto. Porém, essa circunstância é deliberadamente omitida ou descontextualizada”, acrescenta.

Diante disso, é reiterado na ação que Flávio “não desconhecia e nem poderia desconhecer a inveracidade da associação por ele propagada, sem qualquer amparo em elemento minimamente idôneo, perante autoridades estrangeiras”. Além disso, para os autores da ação, é um agravante e um revelador do dolo o fato do senador ter mencionado a inelegibilidade do pai, decorrente de uma reunião com embaixadores em que o ex-presidente discursou contra as urnas.

“Tratando o precedente não como advertência a ser evitada, mas como narrativa de perseguição política a ser reafirmada, em clara demonstração de pleno conhecimento acerca da natureza ilícita da conduta reiterada”, avaliam os autores da ação. Por fim, eles solicitam que a Corte adote as medidas cabíveis “antes que a semente hoje lançada germine,

como já germinou em 2022, em ataque de proporções sistêmicas à normalidade e à legitimidade do pleito”.

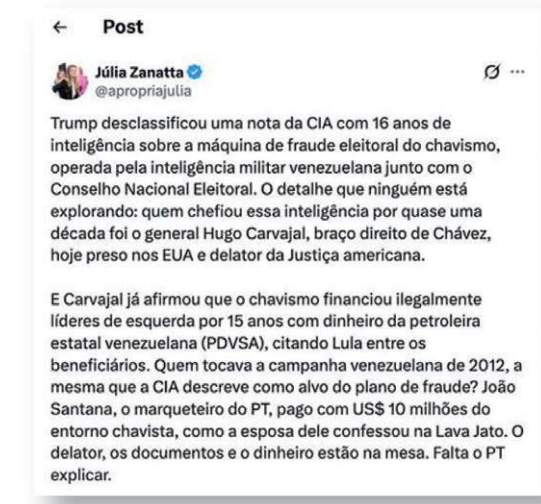
Inelegibilidade, não

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou, nas redes sociais, que o objetivo da ação não é tornar Flávio inele-gível, pois o objetivo do partido é derrotar o senador nas eleições. Tanto que a federação pede, na ação, a retirada das postagens e multa aos acusações.

“O que eles tão dizendo é o seguinte: ‘Flávio Bolsonaro não deve ganhar as eleições’. Tinha uma armadilha ali. Ele queria que a gente pedisse a inelegibilidade dele, nós não vamos. Nós vamos ganhar de vocês nas urnas”, disse Farias.

Em 2022, o TSE declarou a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação durante reunião com embaixadores estrangeiros.

No entanto, diferentemente de Jair Bolsonaro — que usou do espaço público e do cargo de presidente para disseminar fake news —, Flávio é pré-candidato à Presidência e fez o discurso em um evento privado. (LA)



A federação pede que o TSE ordene a remoção de publicações de Gayer, Eduardo Bolsonaro e Júlia Zanatta